



XIV Encontro Nacional da ANPUR

23 a 27 · maio · 2011 · Rio de Janeiro

XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR

Maio de 2011

Rio de Janeiro - RJ - Brasil

A SOJA NOS GERAIS DE BALSAS-MA: NOVAS RELAÇÕES DE USO E PODER DO TERRITÓRIO

Rosimary Gomes Rocha (UFMA) - rosegeografia@hotmail.com

Professora Assistente - UFMA - Campus de Grajaú

A Soja Nos Gerais de Balsas-Ma: Novas Relações de Uso e Poder do Território

Resumo

O processo da modernização da agricultura verificado nos Gerais de Balsas-MA a partir da década de 80 do século passado provoca questionamentos sobre a apropriação, construção e o uso do território nesta região. As novas concepções sobre essa dinâmica nos levam a refletir sobre as relações de Poder que se instalaram na localidade, em que os processos territoriais vinculados ao capital monopolista se caracterizam como preponderantes. A instalação da agricultura moderna, tendo a soja como carro chefe, levou a uma rápida reorganização do espaço. Faz-se importante estabelecer ainda, que as novas territorialidades presentes na região se caracterizam também pelo modelo distinto de pensar e utilizar o espaço, já que os migrantes carregam consigo os processos identitários de sua região de origem. Neste contexto os Gerais de Balsas evidencia um conjunto de novas ações e de novos objetos técnicos, atores sociais, políticos e econômicos, que fazem uso desses objetos e criam condições para a sua reprodução.

1. Introdução

Falar de território implica, sobretudo pôr em relevo as relações de poder (ou Poder) que se estruturam no interior de um determinado espaço, resultado das ações que se articulam com os objetos já criados ou criando outros, havendo assim uma constante dialética. Pode-se acrescentar que essas ações, denominadas também de espacialidades, e que definem um território, se apresentam segundo três perspectivas: econômica, política e cultural. Elas vão além do sentido de fixação, pois podem significar fragmentação, fluidez e/ou deslocalização das atividades produtivas, sem, no entanto cair na perigosa afirmação de “fim de território”, que alguns autores (dentre eles Virilio) tendem a afirmar diante do caráter da emergência em que está implícita a contemporaneidade.

Neste sentido, Haesbaert (2002, p. 132), assinala:

O processo globalizador desterritorializante é, portanto, muito mais complicado do que parece. Aqueles que acreditam no fim dos

territórios geralmente propõem que em seu lugar estão emergindo as redes, muito mais dinâmicas, móveis, fluidas (...). Muitos esquecem que as redes podem ser vista tanto como um elemento fundamental constituinte do território, como pode até mesmo se confundir com ele (...). Além disso, a estrutura social em rede pode atuar tanto como um elemento fortalecedor do território (vide as redes de infra-estrutura no interior de um Estado-nação) quanto como um componente fundamental na promoção da desterritorialização.

Entende-se, ainda, que todos esses fatores vinculam-se ao ordenamento territorial em resposta às ações impostas por atores sintagmáticos¹, que fazem uso do território através do arranjo de objetos sociais historicamente estabelecidos.

Neste trabalho o objetivo é fazer uma leitura da categoria território vinculando-o ao processo de ordenamento territorial, conceito muito presente nos estudos que trabalham com a temática da pós-modernidade. Bem como, associá-lo à dinâmica política, econômica e social presente na Microrregião dos Gerais de Balsas-MA em função das relações de poder exercida pelo capital agroindustrial. Dentro dessas relações de poder destaca-se o papel do Estado desempenhando regras na viabilização de políticas públicas financeiras, favorecendo o desenvolvimento econômico desigual e combinado.

As idéias estruturadas no decorrer deste texto surgem por acreditarmos no pensamento que defende que as relações espaciais se estruturam a partir das redes, que traçam seu comando no sentido global ao local e vice-versa, ou seja, todos os espaços apresentam-se interligados por dinâmicas estruturadas pelo sistema capitalista, sendo que a isso convém chamar globalização ou glocalização. “Este significando que os níveis global e local podem estar quase inteiramente confundidos” (HAESBAERT, 2002 p. 121).

E é dentro desta perspectiva de integração global do mundo contemporâneo, que surgem as heterogeneidades, a fragmentação e constituem-se os territórios. Principalmente o “território relacional e o ideal”.²

Para tanto, faz-se necessário discutir ainda as categorias: redes, espaço-tempo e fronteira, como elementos da re-ordenação do espaço nos Gerais de Balsas-MA.

2. Território: Termos e Conceitos

Território e territorialidade são termos que se apresentam comuns nas Ciências Humanas, desde há algum tempo e que tem ganhado força na contemporaneidade como elementos de discussão intrínseca aos estudos da geografia, principalmente da geopolítica e recentemente da geografia econômica e cultural, incluindo respectivamente a relação capital-trabalho e a construção de identidades e simbologias. Autores como os filósofos

franceses Gilles Deleuze e Félix Guatarri *apud* Haesbaert (2004, p. 43), acrescentam ainda, o termo des-territorialização para explicitar os elementos caracterizadores dos processos de fluidez da pós-modernidade.

Entretanto, Haesbaert parte da perspectiva no qual os acontecimentos que marcam o processo de globalização constituem na verdade em novas formas de territorialização, não esquecendo, é claro de deixar claro em seus textos que tratam desta perspectiva, as verdadeiras formas de des-territorialização, citando como exemplos os refugiados de guerra ou mesmo aqueles que não conseguem se inserir no processo de exploração capitalista, estando à margem desse processo, ou seja, os desempregados.

Para discutir algumas questões colocadas desde a introdução, faz-se necessário explorar, primeiramente, o sentido etimológico da noção (categoria) território, assim como sua vinculação aos estudos das relações de poder, manifestada numa porção específica do território maranhense, ou seja, a Microrregião dos Gerais de Balsas-MA.

2.1 Território, uso e poder

Segundo Corrêa (2002, p. 251), “etimologicamente Território deriva do latim *terra* e *torium*, significando terra pertencente a alguém. Pertencente, embora não se vincule necessariamente à propriedade da terra, mas à sua apropriação”.

Ainda segundo este autor:

Essa apropriação tem duplo sentido, pois de um lado associa-se ao controle efetivo, por parte de instituições ou de grupos sobre um determinado espaço, vinculado assim à geopolítica e por outro pode assumir uma dimensão afetiva derivada das práticas por grupos distintos, neste sentido vinculado aos simbolismos de cada lugar (CORRÊA 2002, p. 251).

Diante das dúvidas criadas a respeito do conceito de “espaço e território” faz-se importante enfatizar que território e espaço não são termos análogos, já que ora ou outra, tais conceitos parecem confundirem-se mutuamente.

Sobre esse aspecto Raffestin (1993, p. 143), faz a seguinte colocação, “espaço e território não são termos equivalentes, sendo essencial compreender que o território se forma a partir de espaço, sendo este o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático”.

Assim, Território constitui-se, em um conceito subordinado à organização espacial, revestido de dimensões políticas e simbólicas. Onde as práticas sociais se formam a partir de uma dialética constante pela produção do/no espaço. Incluem-se aí as relações de Poder

que se estabelecem dentro de determinado espaço. Dentro desta concepção Souza (2002, p. 78) referencia que “o território é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”.

O termo “poder” para Raffestin (1993, p. 52), apresenta uma ambigüidade conforme seja escrito com letra maiúscula ou minúscula, havendo portanto, “Poder” e “poder”.

Marcado por uma maiúscula, resume a história de nossa equiparação em um conjunto de instituições que garantem a sujeição dos cidadãos a um Estado determinado. (...) É o mais fácil de cercar por que se manifesta por intermédio dos aparelhos complexos que encerram o território, controlam a população e dominam os recursos. O poder, nome comum, se esconde atrás do Poder, nome próprio. É parte intrínseca de toda relação. É o invisível. Sendo portanto o mais perigoso.

Ainda, segundo este autor o poder visa o controle e a dominação sobre os homens e sobre as coisas. Nesta premissa há uma aproximação entre o pensamento de Raffestin e o de Foucault³ sobre dominação exercida pelos homens e sobre os homens.

A partir dessas idéias, pode se estabelecer algo sobre a constituição do território oriundo das relações de poder, exercido pelas práticas sociais, políticas, econômicas e culturais, que tem no espaço o seu substrato comum.

A definição tradicional de território é a que o relaciona a uma extensão de terra na qual o Estado-Nação exerce o poder. Autor clássico nesta discussão é o alemão Friedrich Ratzel. Sobre esta concepção Raffestin (1993, p. 13) afirma, “Ratzel partiu da idéia que existe uma estreita ligação entre o solo e o Estado. Para Ratzel, o elemento fundador, formador do Estado, foi o enraizamento no solo de comunidades que exploraram as potencialidades territoriais”.

Deste modo, a distância entre uma visão natural de território e uma abordagem política nem sempre foi claramente estabelecida. Podendo se constatar analogias entre as construções políticas e biológicas de território.

Para Haesbaert (2004, p. 64):

Ao reivindicar para a sociedade o direito “natural” a um espaço ou mesmo à propriedade privada da terra, tornando um direito quase dever, na medida em que corresponderia ao “espaço vital” sem o qual não se daria o “progresso” social, alguns estudiosos desenvolveram a associação que fez do território político – principalmente o território do Estado -, em maior ou menor grau, uma extensão da dinâmica que ocorria no âmbito do mundo biológico, mais especificamente no mundo animal.

Mas, recentemente, há elementos que demonstram mudanças nas concepções da Geografia Política. Nesta busca de definição de território há uma ampliação do conceito que, embora ainda mantenha seu caráter jurídico-administrativo, vai muito além de uma dimensão naturalista, incorporando também uma dimensão idealista, ao entender não só a idéia de estabilidade, enraizamento como prioritário para a definição de fronteiras, mas o Poder simbólico, ligado ao mundo das idéias, como definidor para a defesa do território pelos grupos ali estabelecidos. Neste caso, há um diálogo com o campo simbólico.

Além das conceituações especificadas anteriormente, há ainda, a que define território segundo uma “visão marxista”, considerando a base material, em especial as “relações de produção”, como fundamental para compreender a organização do território. Inclui-se aí a concepção defendida por Santos(2002), em que o “uso” econômico sobretudo, é o definidor por excelência do território. Não se trata de uma superfície claramente explicitada como no Estado-Nação, mas do território-rede: “o território, hoje, pode ser formado de lugares contíguos e de lugares em rede”. (SANTOS, apud HAESBAERT 2004, p. 60).

Santos usa a expressão “meio técnico-científico-informacional”, para explicitar a densidade dos fluxos entre o local e o global. Neste caso, o comando “local” do território depende de sua densidade técnica e/ou funcional informacional, enquanto o “controle distante”, global, a “escala da política”, ao contrario do que acontecia “antes do enfraquecimento do Estado territorial”, é completamente dissociado, o que acirra os conflitos entre “um espaço local, espaço vivido por todos os vizinhos e um espaço global” racionalizador e em rede. (SANTOS 1994, p. 18-19 *apud* HAESBAERT 2004, p. 60).

Segundo este conceito fica claro a importância, não só do caráter político-cultural para explicar os processos de construção e definição da categoria território, incluindo-se aí de forma indissociável o econômico, que se explicita através dos objetos e das ações constituintes do espaço geográfico.

O poder, não é adquirido por esta ou por aquela dimensão, o que existe, segundo Foucault (1998), são redes de poder, estando em toda parte, provindo de todos os lugares. Neste sentido, destaca-se o caráter relacional do território devido à sua capacidade de envolver não só o conjunto das relações sociais (simbólico e cultural), mas o de envolver também uma complexa relação entre a sua base material e os processos de sociabilidade. Se colocando, assim, como um campo de forças.

Para Haesbaert (2006, p. 55):

Além disso, outra consequência muito importante ao enfatizarmos o sentido relacional de território é a percepção de que ele não significa

simplesmente enraizamento, estabilidade, limite e/ou fronteira. Justamente por ser relacional, o território inclui também o movimento, a fluidez, as conexões.

Como visto, a emergência da categoria rede se constitui como entreposto fundamental aos processos de territorialização e desterritorialização intrínsecos à contemporaneidade, podendo se caracterizar como elemento fortalecedor, interno aos territórios (redes viárias e de comunicação), quanto um elemento que contribui para o enfraquecimento de bases territoriais, promovendo a sua desestruturação, ou seja, um processo de desterritorialização.

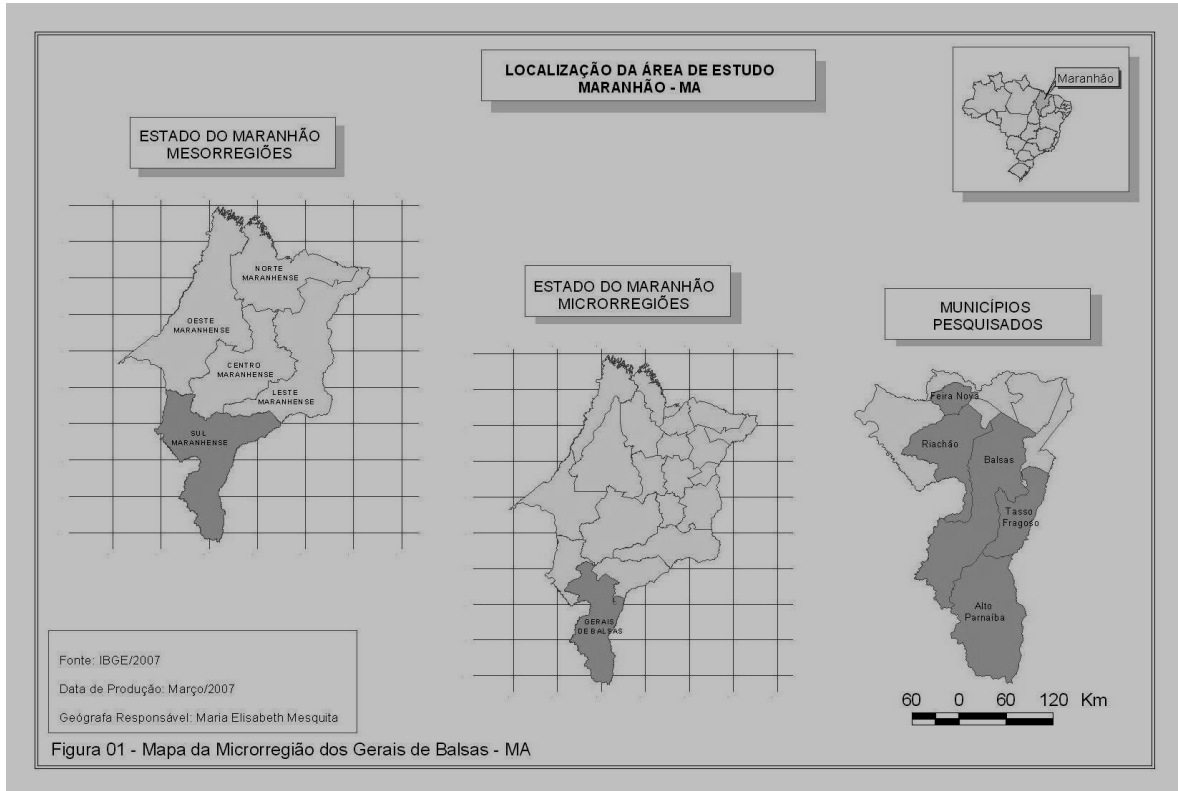
A partir desses pressupostos teóricos nos lançamos à análise do uso do território relacionado ao processo de modernização da agricultura. Tendo como base empírica a Microrregião dos Gerais de Balsas-MA, que a partir do final da década de 1970 tem passado por um processo de reordenamento territorial, advindo da implantação de técnicas avançadas para a produtividade agrícola, onde a soja se apresenta como carro chefe nesta produção.

3. A Relação Capital-Trabalho no Reordenamento Territorial dos Gerais de Balsas-Ma

A região dos Gerais de Balsas⁴ (Figura 1) tem se caracterizado a partir da década de 1970 por uma nova configuração, proveniente das transformações sócio-espaciais no seu espaço agrário.

Os elementos estruturadores dessa região se caracterizam pela implementação de técnicas modernas na produção agrícola, tendo como pressuposto articulador desse processo, as políticas e as ações induzidas por agentes hegemônicos do capital agroindustrial. Neste contexto, os sistemas de objetos e de ações (Santos, 2002) passaram a se apresentar através da intensa incorporação da tecnologia, ou seja, pelo processo de territorialização do capital estruturado pelos impactos da globalização.

Formam-se novas relações de poder, estruturadas pela fixação das redes (estradas, meios de comunicação e etc.) que atuam de forma a favorecer os fluxos, ao mesmo tempo em que insere esta região em um novo patamar político, econômico e social, articulados à dinâmica global. Não obstante, seja necessário mencionar que trabalha-se com a idéia que o processo de globalização ao mesmo tempo em que gera uma intensa mobilidade, tanto do capital quanto populacional, não gera somente a desterritorialização, já que o capital territorializa-se em seu processo de desterritorialização.



Sobre este aspecto, Haesbaert (2004, p. 178) assinala: “O discurso da desterritorialização e conseqüentemente, de uma globalização irrestrita num mundo efetivamente ‘sem fronteiras’ vincula-se hoje, em grande parte, aos argumentos políticos daqueles que defendem o chamado projeto neoliberal”.

E acrescenta:

É verdade que as possibilidades de localização se ampliaram dentro da nova estrutura de produção. Maiores opções, maior flexibilidade de localização, especialmente aquelas proporcionadas pelos novos circuitos de comunicação e transporte, não significam, entretanto, uma localização livremente estabelecida. Justamente esta maior flexibilidade (dependendo do setor) fez com que outros fatores passassem a ser considerado nas políticas de localização (p. 186).

No caso da região dos Gerais de Balsas, verifica-se que os fatores condicionantes para a estrutura locacional se fazem não só pela nova estrutura ocasionada pelas mudanças na base de produção econômica, como também por fatores políticos e culturais, que servem de viés no ordenamento territorial da referida região. Nessa perspectiva, Silva, (2006, p. 298) assinala:

o ordenamento territorial resulta do avanço do processo de homogeneização (globalização) extensiva do capitalismo e de fragmentação (diferenciação) de parcelas do espaço geográfico em arranjos de objetos e de ações”. Como resultado, acirram-se os

conflitos de territorialidades, visto que o espaço vivido dos grupos estabelecidos e atravessado por formas diferenciadas de se pensar e usar o espaço.

Assim, o ordenamento territorial em áreas de fronteira, não pode ser direcionado apenas para a dimensão econômica e política, pois se apresenta multifuncional através das representações simbólicas instauradas em determinado espaço geográfico.

No sul do Maranhão este fato se dar com a chegada do migrante sulista, que pressupõe não ser apenas um grupo detentor das técnicas capitalistas de produção, como também se apresenta com costumes diferenciados dos já ali presentes. Há neste processo, uma possível tentativa de “tradução” (Hall 2001, p. 88), da cultura do migrante na localidade. Como consequência observa-se um ativo processo de des-reterritorialização (Haesbaert, 2004), pelos grupos ali estabelecidos.

Surge, desse processo de expansão da agricultura modernizada, dois movimentos que se confrontam: o novo e o velho. Construídos por tempos diferentes. O domínio do território de outrora, construído por maranhenses do passado, geralmente camponeses e criadores de gado de forma extensiva, e cuja geração atual continua reproduzindo, baseia-se em um tempo de construção mais lento, que obedece em grande parte ao ritmo da natureza. Um exemplo são as plantações chamadas roças de toco, onde se obedece a um calendário anual de derruba da mata, plantio de legumes e colheita, de acordo com a determinação da natureza.

Sobrepondo esse tempo surge um outro que vem se impondo nos últimos anos, o tempo regido pelas leis do capital, é o tempo que deixa suas marcas no espaço pela aceleração das transformações. Esse tempo escapa ao controle dos maranhenses, ao menos uma parcela deles, pois é regido por grupos econômicos. São as empresas associadas a agroindústrias e as famílias migrantes sulistas, que chegam sintonizadas com o capital. Aqui o tempo da natureza é passível de ser controlado ou, ao menos, usa os mecanismos disponíveis pelo avanço do capital (a tecnologia) para controlar certas intempéries do meio natural.

A discussão sobre a migração do sulista para o interior do Brasil se apresenta como resultado das políticas governamentais de ocupação da fronteira agrícola (ocupação dos espaços vazios) desencadeados, principalmente, a partir da segunda metade século passado, por forças do capital nacional e internacional.

Dentro dessa lógica, situam-se as regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil, ou seja, o Cerrado e a Amazônia brasileira como áreas de fronteira. Embora, alguns autores afirmem que o objetivo principal era a ocupação da Amazônia. Neste caso, a ocupação do Cerrado se justifica, por este se apresentar como um entreposto entre o Sul e o Norte do Brasil.

O processo recente de ocupação da fronteira brasileira se insere na perspectiva do PIN – Plano de Integração nacional, tendo como ideário principal a integração espacial da nação, visando equacionar as desigualdades regionais, ligando o “vazio demográfico” ao “centro dinamizador” e solucionar os problemas fundiários da “periferia” (Nordeste), através dos incentivos migratórios para a Amazônia brasileira. A ordem imposta se caracterizou por ser de fora para dentro, ou seja, atendendo aos anseios do modo capitalista de produção que já se encontrava vigente no Centro-Sul do país.

Em relação aos Projetos de Integração Nacional, citaremos aqui, os quais segundo o nosso entendimento, contribuíram de forma efetiva para a expansão do capital monopolista. São eles: construção da capital federal (Brasília) no Planalto Central, implantação de rodovias (Belém-Brasília, Cuiabá-Santarém), criação de superintendências (Sudeco, Sudam e Sudene).

A introdução da sojicultura no sul do Maranhão resulta como consequência dessas políticas. Já que o cultivo da soja se caracteriza como sendo de exportação, o que requer uso de técnicas modernas e toda uma rede de fixos que favoreçam os fluxos, constituindo o que Haesbaert (2004, p. 57), denomina de “binômio território-rede”.

Caracteriza-se como parte dessa dinâmica, os agentes financeiros, as rodovias e o corredor de exportação da ferrovia Norte-Sul e Carajás, que permite o escoamento da soja do sul do Maranhão, para o Norte do Estado (Porto do Itaqui em São Luis) e daí para o mercado internacional.

Como resultado, assiste-se a uma reordenação do território, na Microrregião dos Gerais de Balsas, acompanhada pela mobilidade do trabalho, urbanização e intensa rede de fixos e de fluxos materiais e imateriais, alterando a posição relativa do referido espaço geográfico, ao nível da dinâmica do capital, podendo ir do local ao global.

3.1 Do “Sul do Brasil” ao “Sul do Maranhão”: A Procura de Novas Terras pelos Migrantes

Com a introdução da sojicultura no sul do Maranhão, ascendeu-se diversos problemas, incluindo aí, os de ordem ambiental e social, principalmente.

Entretanto, é importante observar os problemas verificados no Rio Grande do Sul, uma das primeiras frentes produtoras de soja, para que tenhamos uma maior dimensão da situação.

Grande parte da produção de soja no Rio Grande do Sul está concentrada em grandes e médias propriedades, que são caracterizadas pelo uso intenso do solo por máquinas, fertilizantes e insumos, aumentando assim o nível de produtividade. Devido a isso, toda a área encontra-se ocupada para o cultivo deste ou de outro produto, o que tem

levado os sulistas a migrarem à procura de novos espaços para expandirem os seus negócios.

Nesta perspectiva, Bertand (1987) *apud* Souza Filho (1995, p. 270), assinala: “no período compreendido entre 1970 e 1975, 300,000 propriedades desapareceram no Rio grande do Sul, confirmando a concentração de terras”.

Justifica-se, assim, o processo migratório empreendido por muitos sulistas. Pois ao venderem suas propriedades por um valor, digamos substancial, saem à procura de terras baratas e disponíveis para a instalação de sua produção. Este fato vai provocar desterritorialização e busca de novas terras no cerrado brasileiro.

Com a chegada do migrante nos Gerais de Balsas todo um contexto se altera, ou seja, há um novo uso do território, oriundo da inserção de um novo tempo e de novas práticas para a produtividade agrícola. Como consequência, surge os problemas ambientais, gerados pelo desmatamento e pela contaminação dos rios, aprofundam-se também os conflitos sociais, ocasionados pela expropriação do segmento camponês, que faz refletir nas relações econômicas, havendo uma redução na produção de alimentos para o mercado interno, já que a maior parte das terras passa a serem palco para a produção do mercado externo.

Segundo Souza Filho, (1995, p. 272):

o movimento de internacionalização da produção, (...) tem proporcionado a emergência de problemas sociais de graves proporções na região, numa clara demonstração de que o modelo de desenvolvimento apresentado, além de ser excludente, guarda enormes contradições.

Neste sentido, o envolvimento direto do Estado, através do apoio à monocultura da soja, tem sido um dos fatores que reforçam a existência dos problemas sociais emergentes na região. Com destaque para a queda de produção de alimentos, realizada pela produção camponesa. Pois a soja, produto atualmente em destaque, não faz parte da dieta alimentar da população local.

Os incentivos fiscais oferecidos pelo governo, denota que o Estado prioriza e estimula a monocultura em detrimento da produção de alimentos, o que obriga os camponeses, em muitos casos, por falta de apoio técnico e financeiro, a se deslocarem para as sedes dos municípios, aumentando a população urbana e gerando os bolsões de pobreza na periferia das cidades.

Um outro fator relevante é a tentativa de propagação da identidade sulista. Sendo que o migrante faz questão de difundi-la, onde quer que estejam. A instalação dos CTGs (Centro de Tradições Gaúchas) é uma maneira de manifestar suas preocupações em

preservar tais identidades. Assim, independentemente de que caminhos percorram até chegar ao sul do Maranhão, a cultura gaúcha segue a trajetória do grupo e procuram re-territorializá-la, como afirma Haesbaert (1997), onde os migrantes se instalam.

4. Considerações Finais

A migração do sulista para o Sul do Maranhão, no final dos anos 70 do século passado, a ampliação da fronteira agrícola e a implantação da agricultura, tendo como base o uso de técnicas avançadas, apresentam-se articulados à questão da modernização do mundo contemporâneo.

Entretanto faz-se importante destacar que a reordenação deste espaço tem gerado um processo de re-des-territorialização nos Gerais de Balsas, pelo fato dos desencontros aí surgidos, entre sulista e camponeses, já que os primeiros trazem consigo formas divergentes de pensar e utilizar a terra, baseado na reprodução do capital monopolista para exportação de seus produtos e o segundo grupo basearem sua produção no sustentáculo familiar e na venda de excedentes na cidade mais próxima. Acrescentam-se ainda, as divergências identitárias presentes entre os dois grupos.

Não foi nosso objetivo analisar de forma profícua a categoria “território”, muito menos os processos de des-re-territorialização característico do modelo de ocupação empreendido pela dinâmica modernizadora na região dos Gerais de Balsas, sul do Maranhão, mas apontar a necessidade urgente de se conhecer a realidade de todo o processo ocupacional da fronteira, que no nosso entendimento só se fará possível mediante uma análise mais acurada das relações sociais, políticas e culturais existentes na região, confrontando de fato o teórico e o empírico.

Estes aspectos mencionados confirmam a nova configuração territorial que singulariza a Microrregião dos Gerais de Balsas, que se vê marcada pelos encontros e conflitos no processo de apropriação do território, onde as forças econômicas e políticas atuam conjuntamente com as forças simbólicas, definindo a nova dinâmica territorial da região.

¹ É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. (RAFFESTIN, 1993 p. 143).

² Para Haesbaert (2004, p.41) “a noção de território deve privilegiar, ao mesmo tempo, a dimensão espacial material das relações sociais (território relacional) e o conjunto das representações sobre o espaço ou o “imaginário geográfico” (território ideal) que não apenas move como integra ou é parte indissociáveis destas relações”.

³ Foucault (1979, p. 210), em seu trabalho *A Microfísica do poder*, expõe o modelo do *Panopticon*. Construção arquitetônica do século XVIII, aonde se configura o domínio exacerbado sobre os corpos dos indivíduos encarcerados. “O princípio é: na periferia, uma construção em anel; no centro, uma torre; esta possui grandes janelas que se abrem para a parte interior do anel. A construção periférica é dividida em celas, cada uma ocupando toda a largura da construção. Estas celas têm duas janelas: uma abrindo-se para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, dando para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de um lado a outro. Basta então colocar um vigia na torre central e em cada cela trancafiar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um estudante. Devido ao efeito de contraluz, pode-se perceber da torre, recortando-se na luminosidade, as pequenas silhuetas prisioneiras nas celas da periferia. Em suma, inverte-se o princípio da masmorra; a luz e o olhar de um vigia captam melhor que o escuro que no fundo protegia”.

⁴ Divisão feita pelo IBGE, na qual dividiu-se o Estado do Maranhão em 05 mesorregiões e 21 microrregiões. A Mesorregião Sul Maranhense é constituída por 03 microrregiões: Porto Franco, Chapada das Mangabeiras e Gerais de Balsas, esta última inclui os municípios de Balsas, Alto Parnaíba, Tasso Fragoso, Riachão e Feira Nova. – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Sinopse preliminar do censo demográfico. Rio de Janeiro, IBGE, 1991.

5. Referências Bibliográficas

CORRÊA, Roberto Lobato. Territorialidade e Corporação: um exemplo. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura. (Orgs.). **Território: Globalização e Fragmentação**. 5. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2002.

SOUZA FILHO, Benedito. A produção de soja no sul do Maranhão e seus impactos para segmentos camponeses da região. In: Relatórios de pesquisa da CPT. (Org.). **Carajás: Desenvolvimento ou Destruição?** 1. ed. São Luis: CPT, 1995.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização: Do “Fim dos Territórios à Multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.

HAESBAERT, Rogério. **Desterritorialização e identidade: a rede “Gaúcha” no Nordeste**. Niterói, RJ: EDUFF, 1997.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 5. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

SANTOS, Milton, SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI**. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Edusp, 2002.

SILVA, Carlos Alberto Franco da. Fronteira agrícola capitalista e ordenamento territorial. In: Santos M. e Becker B. (Orgs.). **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2006.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (Orgs.). **Geografia**: Conceitos e Temas. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.